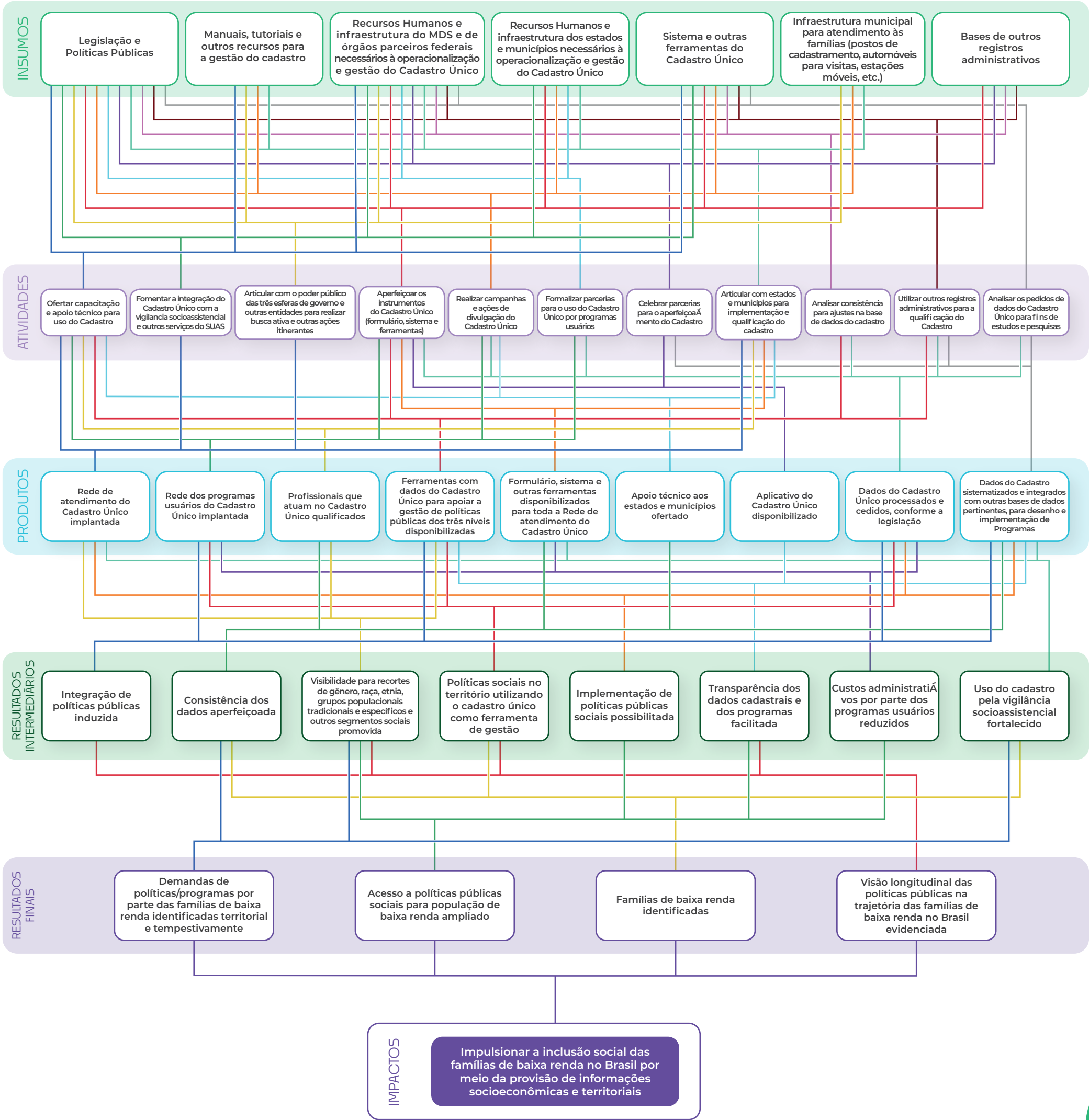


MODELO LÓGICO

Cadastro Único

OBJETIVOS

- Realizar a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda que residem no território nacional, considerando a sua diversidade
- Promover o acesso e a integração de políticas públicas sociais do governo federal, estadual e municipal para famílias de baixa renda
- Apoiar na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas sociais para famílias de baixa renda em todos os níveis da federação
- Reunir, armazenar e processar os registros administrativos dos indivíduos e das famílias de baixa renda
- Ser utilizado como repositório de dados para a realização de estudos sobre seu público com vistas à análise de alternativas de políticas públicas para a superação da situação de vulnerabilidade econômica e social



Fonte: MDS (2024).

Nota: o Modelo Lógico do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) foi desenvolvido de maneira colaborativa pela equipe gestora do programa da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único (SAGICAD), em especial do Departamento de Gestão do Cadastro Único (DGCAD/SAGICAD) e do Departamento de Operação do Cadastro Único (DECAU/SAGICAD), com o apoio do Departamento de Monitoramento e Avaliação (DMA/SAGICAD) e da Secretaria de Planejamento e Orçamento Governamental (SPOG). Esse processo resultou das oficinas conduzidas pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) em 2024.

Descritores Modelo Lógico

Cadastro Único

OBJETIVO

- Realizar a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda que residem no território nacional, considerando a sua diversidade
- Promover o acesso e a integração de políticas públicas sociais do governo federal, estadual e municipal para famílias de baixa renda
- Apoiar na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas sociais para famílias de baixa renda em todos os níveis da federação
- Reunir, armazenar e processar os registros administrativos dos indivíduos e das famílias de baixa renda
- Ser utilizado como repositório de dados para a realização de estudos sobre seu público com vistas à análise de alternativas de políticas públicas para a superação da situação de vulnerabilidade econômica e social

INSUMOS

Bases de outros registros administrativos

Para promover a qualificação dos dados, bem como promover a inclusão de novos dados no Cadastro Único, a SAGICAD utiliza outras fontes de informação, como bases de dados e registros administrativos, tais como:

- **Renda:**
 - Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS, utilizada para atualizar automaticamente os dados de trabalho e remuneração do Cadastro Único;
- **Educação:**
 - Sistema Presença, utilizado para atualizar as informações de escolaridade constantes no Bloco 7 do Cadastro Único;
 - Tabela de código INEP (Censo Escolar), utilizada para auxiliar no processo de cadastramento, permitindo a correta vinculação entre o código INEP da escola e suas informações de nome e localização;

**Infraestrutura para
atendimento às famílias
(postos de cadastramento,
automóveis para visitas,
estações móveis, etc.)**

- **Assistência Social:**

- Prontuário-SUAS, utilizado para identificar famílias em situação de violação de direitos;
- Tabela de Centros de Referência da Assistência Social, utilizada para auxiliar em um processo de cadastramento mais qualificado, evitando erros de digitação da referida informação no Bloco 3 do Cadastro Único;

- **Saúde:**

- Sistema e-SUS Atenção Primária à Saúde, utilizado para identificar as famílias em risco para insegurança alimentar;
- Tabela de Estabelecimento de Assistência à Saúde, utilizada para auxiliar em um processo de cadastramento mais qualificado, evitando erros de digitação da referida informação no Bloco 3 do Cadastro Único;

- **Povos e comunidades tradicionais:**

- Tabelas de territórios indígenas e povos indígenas, utilizada para auxiliar em um processo de cadastramento mais qualificado, evitando erros de digitação da referida informação no Bloco 3 do Cadastro Único;
- Tabela de comunidades quilombolas, utilizada para auxiliar em um processo de cadastramento mais qualificado, evitando erros de digitação da referida informação no Bloco 3 do Cadastro Único;

- **Qualificação dos registros de pessoas e famílias:**

- Cadastro de Pessoa Física - CPF, utilizado para verificar a situação cadastral do documento junto à Receita Federal do Brasil (cancelado, suspenso, nulo), bem como identificar óbitos de pessoas registradas no Cadastro Único;

A inclusão e atualização cadastral das famílias no Cadastro Único é feita de maneira descentralizada, pelos municípios. Para isso, é preciso ter toda uma infraestrutura a ser utilizada para execução das atividades de cadastramento das famílias, incluindo, dentre outras:

- postos de cadastramento, que podem ser postos exclusivos para a realização do cadastramento das famílias ou pode funcionar dentro de outra estrutura do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) existente no município, como o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS);
- veículos para visitas, para a realização de busca ativa de famílias ainda não incluídas no Cadastro Único ou para a realização da atualização cadastral no caso de famílias com dificuldade de mobilidade;
- Embarcações e estações móveis necessárias para permitir a busca ativa e mutirões visando o cadastramento em localidades remotas, longe dos postos de cadastramento fixos;
- Materiais permanentes ou de consumo, como computadores, notebooks, internet, copiadoras, etc.

Legislação e Políticas Públicas

A legislação atualmente vigente que regulamenta o Cadastro Único é a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social), e em seu art. 6º-F, institui o Cadastro Único (incluído pela Lei nº 14.284, de 2021) e o Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, além de portarias do MDS e/ou interministerial que definem procedimentos e uso dos dados do Cadastro Único, bem como instruções operacionais e normativas que definem regras e procedimentos para a operacionalização do Cadastro Único, que podem ser acessadas em [legislação do Cadastro Único](#).

As políticas públicas consideradas insumos para o Modelo Lógico são as políticas públicas que trazem em seu desenho e regramento a utilização do Cadastro Único para elaboração de diagnósticos, planejamento, monitoramento e seleção de beneficiários da política ou dos serviços socioassistenciais.

Manuais, tutoriais e outros recursos para a gestão do cadastro

A SAGICAD disponibiliza uma série de publicações para divulgar informações relacionadas ao Cadastro Único, quer seja como estratégia de capacitação ou atualização das informações necessárias para a gestão e operacionalização do Cadastro Único, quer seja para divulgar ações estratégicas a serem desenvolvidas pelos municípios de maneira ágil.

O material disponibilizado pode ser acessado no [Portal do Cadastro Único](#) e no [Portal de Capacitação do MDS](#).

Recursos Humanos e infraestrutura do MDS e de órgãos parceiros federais necessários à operacionalização e gestão do Cadastro Único

Para a execução das competências legais da SAGICAD no que diz respeito a gestão do Cadastro Único em âmbito nacional, e todas as demais atribuições derivadas, a secretaria possui servidores e colaboradores que atuam nas atividades necessárias ao(à):

- Implementação e qualificação do Cadastro Único;
- Especificações e acompanhamentos do desenvolvimento dos sistemas e dos instrumentos necessários à sua gestão;
- Articulações para uso adequado do Cadastro Único por outros órgãos da administração pública das três esferas;
- Articulação com os demais entes da federação, para efetivação de uma gestão compartilhada;
- Capacitação de entrevistadores, operadores e gestores do Cadastro Único;
- Gestão contratual.

Além disso, em termos de infraestrutura, além da disponibilização de sistemas computacionais, de banco de dados e de suporte técnico por parte Subsecretaria de Tecnologia da Informação do MDS (STI/MDS), a SAGICAD tem contratos firmados com outros órgãos federais para o desenvolvimento e disponibilização de sistemas, bem como oferta de capacitação aos operadores e gestores.

Neste contexto, atualmente, Dataprev e Caixa Econômica Federal figuram como agentes operadores do Cadastro Único. Em adição, existe parceria firmada com a Universidade de Brasília (Unb) para execução de materiais (vídeos, folders, panfletos, cartilhas, cursos) voltados à capacitação das gestões municipais e estaduais do Cadastro Único, bem como comunicações voltadas à população.

Recursos Humanos e infraestrutura dos estados e municípios necessários à operacionalização e gestão do Cadastro Único

Para a operacionalização das ações necessárias ao cadastramento das famílias, os municípios, estados e Distrito Federal possuem servidores e colaboradores que atuam como entrevistadores sociais e operadores do Sistema de Cadastro Único, preenchendo os formulários, incluindo os dados no Sistema, realizando busca ativa, realizando ações de planejamento da execução das atividades, dentre outras atividades.

Para as ações de apoio estadual aos municípios em relação às atividades de cadastramento, existem técnicos estaduais que promovem capacitação, mutirões de acesso à documentação e outras atividades. Além disso, existem os gestores e supervisores do Cadastro Único em cada posto de cadastramento para gerir as atividades em âmbito local e estadual.

Sistema e outras ferramentas do Cadastro Único

Para o cadastramento das famílias e gestão do Cadastro Único são desenvolvidas e disponibilizadas as seguintes ferramentas:

- Sistema de Cadastro Único, sistema operacional desenvolvido e sustentado pela CAIXA, que permite que perfis específicos realizem inclusão e atualização de informações cadastrais e consulta aos dados de famílias e pessoas registradas no Cadastro Único;
- Portal de Gestão do Cadastro Único, sistema de gestão desenvolvido e sustentado pela Dataprev, que permite aos gestores a consulta das informações cadastrais de pessoas e famílias registradas no Cadastro Único, acesso às informações dos processos de qualificação do Cadastro Único, bem como a painéis gerenciais com informações estratégicas para a gestão de dados do Cadastro Único;
- Aplicativo do Cadastro Único, ferramenta desenvolvida e sustentada pela DATAPREV, disponível nas versões web e mobile, que permite que os cidadãos consultem suas informações cadastrais, bem como executem atualizações, como exclusão de pessoas em decorrência de cadastramento incorreto (exclusivo para família unipessoal) ou falecimento;
- CECAD 2.0, ferramenta que permite consultar, selecionar e extrair informações agregadas e analíticas do Cadastro Único para realização de diagnóstico, monitoramento e avaliação de políticas públicas;
- Observatório do Cadastro Único, ferramenta que permite consultar, selecionar e extrair informações agregadas do Cadastro Único para realização de diagnóstico, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

ATIVIDADES

Aperfeiçoar os instrumentos do Cadastro Único (formulário, sistema e ferramentas)

Nesta atividade estão incluídas as ações para identificar necessidades, especificar regras de negócio, acompanhar e/ou implementar as melhorias e correções, bem como realizar as articulações necessárias para o aperfeiçoamento do(s):

- Formulário do Cadastro Único, realizando inclusões ou exclusões de campos, alterações da sequência das perguntas e/ou da estrutura do questionário, por exemplo, de modo a atualizar o instrumento ao novo contexto social e ao desenho e implementação de políticas públicas destinadas à população de baixa renda;
- Sistemas operacionais e de gestão do Cadastro Único: realizando inclusão ou exclusões de novas funcionalidades, atualizações decorrentes de alterações no Formulário do Cadastro Único, bem como atualizações para garantir uma melhor usabilidade do sistema pelo usuário, e possibilitando que as gestões municipais e estaduais do Cadastro Único tenham acesso a informações necessárias para o atendimento eficiente dos cidadãos;
- Aplicativo do Cadastro Único: realizando atualizações decorrentes de alterações no Formulário do Cadastro Único, bem como atualizações para garantir novas funcionalidades e uma melhor usabilidade do sistema pelo usuário, permitindo aos cidadãos a visualização de informações específicas registradas no seu cadastro;
- Atualização de ferramentas relacionadas à disponibilização de dados agregados e dados identificados, de modo a facilitar o uso do Cadastro Único por programas usuários, pesquisadores e gestores das três esferas para apoiar o planejamento, a execução e o monitoramento de ações destinadas à população de baixa renda.

Analisar consistência para ajustes na base de dados do cadastro

Atividades voltadas a análise da qualidade dos dados do Cadastro Único que envolve a avaliação de preenchimento dos campos, bem como a precisão dos dados em relação a outros registros administrativos. No primeiro caso, é verificado se: a) todos os campos foram preenchidos, considerando os saltos previstos no Formulário de Cadastramento; b) os atributos esperados em cada campo estão consistentes, não existindo campos preenchidos com valores não esperados; c) se as regras de preenchimento foram cumpridas no momento do cadastramento e atualização cadastral. No segundo escopo de análise, são verificados se os dados constantes no Cadastro Único (declarados pelos responsáveis pela unidade famílias) são atuais e consistentes, a partir de sua comparação com os dados de outros registros administrativos.

Analisar os pedidos de dados do Cadastro Único para fins de estudos e pesquisas

Receber os pedidos de pesquisadores, para realização de estudos e pesquisas a partir dos dados do Cadastro Único, de modo a identificar se as solicitações atendem ao preconizado na Portaria MC Nº 810/2022, que define procedimentos para a gestão, operacionalização, cessão e utilização dos dados do Cadastro Único.

Articular com estados e municípios para implementação e qualificação dos dados e da gestão do cadastro

Considerando que a operacionalização do Cadastro Único se dá de maneira descentralizada, o MDS lança mão de uma série de estratégias para promover a articulação com os estados, municípios e o Distrito Federal para a sua implementação. Uma das estratégias a serem destacadas está a disponibilização do [Informe do Cadastro Único](#), instrutivo com orientações em tempo oportuno, sobre atualizações na ferramenta, procedimentos a serem executados, novidades, esclarecimentos, dentre outros. Também, mantém um grupo de comunicação direta via WhatsApp com os gestores estaduais, do Distrito Federal e das metrópoles (ou capitais), para divulgar de maneira tempestiva informações pertinentes e receber questionamentos que precisam ser tratados de maneira ágil. Além disso, promove encontros recorrentes com os gestores estaduais, do Distrito Federal, das capitais e metrópoles, para debater diversos assuntos relacionados à operacionalização e gestão do CadÚnico, bem como reuniões com municípios quando necessário, dentre outras estratégias.

Articular com o público das três esferas de governo e outras entidades para realizar busca ativa e outras ações itinerantes

Considerando que a operacionalização do Cadastro Único se dá de maneira descentralizada, o MDS lança mão de uma série de estratégias para promover a articulação com os estados, municípios e o Distrito Federal para que sejam realizadas ações itinerantes, como por exemplo a busca ativa, de modo a identificar famílias de baixa renda que ainda não estão incluídas no Cadastro Único e promover o seu cadastramento, com foco, especialmente, em famílias pertencentes a Grupos Populacionais, Tradicionais e Específicos (GPTEs). Para tanto, realiza oficinas destinadas a gestores e operadores do CadÚnico para orientar a realização de ações de busca ativa, com a participação de entidades que representam os grupos que compõem os GPTEs, de modo a buscar as melhores estratégias para alcançar essas famílias. Além disso, realiza parcerias para estratégias mais direcionadas, podendo destacar o Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Consórcio Nordeste para busca ativa na região, por exemplo.

Celebrar parcerias para o aperfeiçoamento do Cadastro Único

Ações realizadas para, por meio de articulação com outros órgãos da administração pública, aperfeiçoar o Cadastro Único. Entre as ações estão a busca por acesso a dados primários de bases de dados administrativas que permitam a qualificação dos dados registrados no Cadastro Único, como a realizada com o Ministério da Previdência Social, para possibilitar a interoperabilidade de dados entre Cadastro Único e Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS); bem como com o Ministério da Educação (MEC) para a interoperabilidade entre Cadastro Único e Sistema Presença. Além disso, são realizadas ações para garantia de acesso ao Cadastro Único e à documentação civil, por meio de busca ativa e mutirões, juntos às Defensorias Públicas, ao Ministério Público e a outras instituições.

Fomentar a integração do Cadastro Único com a vigilância socioassistencial e outros serviços do SUAS

Por possuir dados relacionados à realidade da população de baixa renda residente no país, tais como endereço, características do domicílio, composição familiar, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, deficiência, dentre outras informações, o Cadastro Único pode ser utilizado como uma importante ferramenta para apoiar o diagnóstico local dessa população, e o planejamento das ações pelas equipes da assistência social, dos mais diversos serviços que compõem o SUAS, fornecendo importantes subsídios para a vigilância socioassistencial detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, a fim de embasar as ações de planejamento nesses espaços, que podem ter caráter emergencial ou preventivo.

Formalizar parcerias para o uso do Cadastro Único por programas usuários

O Cadastro Único proporciona uma visão abrangente da população de baixa renda residente no país, permitindo que os governos das três esferas saibam quem são essas famílias, onde vivem, suas condições de vida e suas necessidades. Essa base de dados facilita o desenvolvimento de novos programas sociais, a organização da oferta de programas e serviços para essas famílias e a seleção de beneficiários de maneira eficiente e segura.

Assim, o Cadastro Único é o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, do Pé de Meia, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Auxílio Gás, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros.

Para isso, são celebradas parcerias com diferentes órgãos federais, para a cessão de dados necessária à seleção de beneficiários das políticas públicas federais destinadas à população de baixa renda.

Ofertar capacitação e apoio técnico para uso do Cadastro

Dentre as competências institucionais da SAGICAD, está a de planejar, desenvolver, implementar e apoiar ações de capacitação, presenciais e à distância, destinadas ao público interno e externo, nas temáticas de gestão e operacionalização do CadÚnico. Para tanto, oferta diferentes ações formativas, podendo destacar: a formação de Instrutores Formulários do Cadastro Único, destinada a técnicos e gestores estaduais, distritais e municipais do Cadastro Único que vão compor a rede de multiplicadores; o curso Formulários do Cadastro Único, destinado aos técnicos que atuam no cadastramento das famílias; a formação de instrutores de Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, destinada aos técnicos e gestores estaduais, distritais e municipais do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família que vão compor a rede de multiplicadores; o curso Gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, destinado aos gestores e Técnicos estaduais, distritais e municipais do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família; o curso Sistema de Cadastro Único (V7), destinado a técnicos e gestores estaduais, distritais e municipais do Cadastro Único,

promovido em parceria com a Caixa, sobre a operacionalização do Sistema; dentre outros. Além disso, oferta uma série de Recursos Educacionais Digitais (REDs), disponibilizados no Portal de Capacitação do MDS, para aumentar a capilaridade do acesso aos conteúdos formativos relacionados à gestão e operacionalização do Cadastro Único.

Além disso, promove ações para apoiar os governos estaduais, municipais e distrital na execução das atividades necessárias à operacionalização e gestão do Cadastro Único. Para tanto, lança mão de diversas estratégias tais como a disponibilização do [Informe do Cadastro Único](#), instrutivo com orientações em tempo oportuno, sobre atualizações na ferramenta, procedimentos a serem executados, novidades, esclarecimentos, dentre outros. Também, mantém um grupo de comunicação direta via WhatsApp com os gestores estaduais, do Distrito Federal e das metrópoles (e/ou capitais), para divulgar de maneira tempestiva informações pertinentes e receber questionamentos que precisam ser tratados de maneira ágil. Além disso, promove encontros recorrentes com os gestores estaduais, do Distrito Federal, das capitais e metrópoles, para debater diversos assuntos relacionados à operacionalização e gestão do CadÚnico, bem como reuniões com municípios quando necessário, dentre outras estratégias.

Realizar campanhas e ações de divulgação do Cadastro Único

Para a divulgação do Cadastro Único a SAGICAD executa diversas estratégias, podendo destacar: campanhas publicitárias destinadas aos cidadãos, nas redes sociais e na rede brasileira de televisão e rádio; a série “Cadastro em Movimento” com conteúdo e orientações rápidas, dinâmicas e simplificadas, em formato de lives, podcasts e vídeos curtos, para qualificar e fortalecer a gestão do Cadastro Único; a realização de eventos com a presença de gestores da assistência social dos estados, distrito federal e municípios, de modo a estimular a implementação, qualificação e uso do Cadastro Único por todos os entes da federação, dentre outras ações.

Utilizar outros registros administrativos para a qualificação do Cadastro

Uma das estratégias utilizadas pela SAGICAD para a qualificação dos dados do Cadastro Único é a utilização de bases de dados primários de outros órgãos da administração pública, de informações presentes no Cadastro Único a partir da autodeclaração do responsável familiar, de modo a permitir a checagem de dados, evitar a necessidade de deslocamento do cidadão para atualização de informações, promover a exclusão lógica de perfis com indicação para tanto, tais como no caso de óbito, desatualização das informações para além dos prazos estabelecidos na legislação, dentre outros benefícios.

Os registros atualmente utilizados são: os dados de renda, contidos no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS); dados de escolaridade identificados no Sistema Presença; povoamento de CPFs; registro de óbito da Receita Federal; dentre outros.

PRODUTOS

Aplicativo do Cadastro Único disponibilizado

O Aplicativo do Cadastro Único é uma ferramenta desenvolvida pela Dataprev para o MDS com o objetivo de facilitar o acesso do cidadão aos dados do Cadastro Único. Conta com 10 funcionalidades, como verificação de benefícios recebidos, mapa georreferenciado com pontos de atendimento mais próximos aos cidadãos, consulta de renda CNIS, entre outros. Além disso, em caso de cadastros unipessoais feitos de forma incorreta, o cidadão pode solicitar a exclusão do Cadastro Único de forma voluntária pelo aplicativo de celular ou pelo computador.

Foi integrado ao Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), que dispõe de informações atualizadas de renda e vínculos de mercado formal de trabalho e bases de benefícios previdenciários e assistenciais do INSS – sob a gestão da Dataprev.

Apoio técnico aos estados e municípios ofertado

O apoio técnico aos estados e municípios pode ser considerado ofertado quando umas das seguintes estratégias é executada: o [Informe do Cadastro Único](#) é disponibilizado, algum esclarecimento é realizado ou algum conteúdo é divulgado no grupo de comunicação direta via WhatsApp aos gestores estaduais, do Distrito Federal e das metrópoles (e/ou capitais); um encontro com os operadores e gestores do Cadastro Único estaduais, do Distrito Federal, das capitais e metrópoles é realizado; uma reunião com os gestores e operadores do Cadastro Único de municípios quando necessário é realizada, dentre outras estratégias executadas.

Dados do Cadastro Único processados e cedidos, conforme a legislação

Base de dados identificados do Cadastro Único, após processamento e cessão, de posse do órgão público federal responsável pelo programa usuário que irá utilizar a informação para a seleção de beneficiários ou de posse de pesquisador de instituto de pesquisa, para a realização de estudos e pesquisas relacionados à população de baixa renda cadastrada.

Dados do Cadastro sistematizados e integrados com outras bases de dados pertinentes, para desenho e implementação de Programas

Base de dados com os dados das pessoas e famílias incluídas no Cadastro Único após o seu processamento e povoamento com dados de outras bases administrativas, utilizada pela equipe técnica responsável pelas políticas públicas sociais que utilizam ou pretendem utilizar as informações contidas no Cadastro Único para a seleção de beneficiários. Desta forma, a utilização da base pode ser utilizada tanto para apoiar o desenho da política, ao permitir conhecer a estimativa do público considerando diferentes critérios de seleção a serem definidos, quanto para a seleção em si dos beneficiários quando da sua implementação.

Ferramentas com dados do Cadastro Único para apoiar a gestão de políticas públicas dos três níveis disponibilizadas

Dentre as ferramentas disponibilizadas estão, dentre outras:

- Observatório do Cadastro Único, ferramenta informacional com dados estatísticos do Cadastro Único para realização de diagnóstico, monitoramento e avaliação de políticas públicas;
- Cecad 2.0, que permite consultar, selecionar e extrair informações agregadas do Cadastro Único, como, número de famílias cadastradas, atualização do cadastro, composição familiar, dentre outros, e permite, para perfis autorizados, o acesso a dados identificados para a execução de ações de busca ativa, atualização cadastral, oferta de serviços da assistência social, dentre outras;
- Bolsa Família e Cadastro Único no seu município, ferramenta que disponibiliza todas as informações necessárias para a gestão do PBF e do CadÚnico pelo gestor municipal, gerando relatórios completos sobre o perfil das pessoas e famílias cadastradas, a Taxa da Atualização Cadastral do município, os valores repassados por meio do Programa de Fortalecimento Emergencial do Atendimento do Cadastro Único no Sistema Único da Assistência Social (PROCAD – SUAS), dentre outras informações, além de apresentar um painel de monitoramento, com dados do município ao longo do tempo, os informes disponibilizados, dentre outras informações úteis para os gestores municipais;
- Mapas estratégicos para políticas sociais, Mops, ferramenta de georreferenciamento, que apresenta os serviços sociais disponibilizados no município por setor censitário, em conjunto com dados do Cadastro Único também por setor censitário, de modo a apoiar o gestor local no planejamento de disponibilização de serviços ou execução de ações de acordo com o perfil de cada setor.

Formulário, sistema e outras ferramentas disponibilizados para toda a Rede de atendimento do Cadastro Único

- Os formulários do Cadastro Único são utilizados para registrar e/ou atualizar as informações referentes ao domicílio, pessoas, renda e despesas das famílias beneficiadas com programas sociais. Os modelos de formulários utilizados para inclusão são:
 - Formulário Principal (Caderno Verde): utilizado para registrar as informações de identificação e características do domicílio e das pessoas ali residentes.
 - Formulário Suplementar 1: Vinculação a programas e serviços.Os modelos de formulários utilizados para atualização são:
 - Formulário Avulso 1: Identificação do Domicílio e da Família: esse formulário é utilizado para registrar as atualizações de informações de identificação e características do domicílio, bem como para listar as pessoas ali residentes.
 - Formulário Avulso 2: Identificação de Pessoa: aqui são coletadas as informações para atualização cadastral dos membros da família.
 - Formulário Suplementar 2: Pessoa em situação de rua

- Sistema operacional do Cadastro Único, desenvolvido pela Caixa, permite que perfis específicos realizem consulta aos dados de famílias e pessoas inscritas;
- Portal de Gestão do Cadastro Único, provido pela Dataprev, permite que os gestores realizem consulta de pessoas e famílias cadastradas e acessem informações de renda formal e benefícios recebidos pelas famílias.

Profissionais que atuam no Cadastro Único qualificados

Entrevistadores sociais e operadores do Cadastro Único após a conclusão de um dos cursos ofertados pela SAGICAD, diretamente ou por meio de agente operador do Cadastro Único, bem como das capacitações realizadas pelos estados.

Rede de atendimento do Cadastro Único implantada

A rede do Cadastro Único compõe o posto de cadastramento em funcionamento, quer seja dentro de um outro serviço da rede socioassistencial, quer seja de atendimento exclusivo para o cadastramento, as unidades móveis para cadastramento em locais remotos, os profissionais envolvidos na gestão e operacionalização do cadastro único, os profissionais que atuam em serviços públicos sociais locais que encaminham as pessoas com o perfil para serem cadastrada.

Rede dos programas usuários do Cadastro Único implantada

A rede é formada pelos técnicos e/ou gestores das diferentes políticas públicas sociais que utilizam as informações do Cadastro Único para a seleção de beneficiários.

RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS

Custos administrativos por parte dos programas usuários reduzido

Considerando que o Cadastro Único permite que os programas usuários utilizem as informações já disponíveis para a seleção de beneficiários, há uma redução das atividades administrativas a serem realizadas para a implementação dos programas destinados à população de baixa renda cadastrada.

Inconsistência dos dados reduzida

Considerando as atividades realizadas de análise da qualidade dos dados do Cadastro Único - com a avaliação de preenchimento campo a campo, de precisão dos dados em relação a outros registros administrativos e as ações de tratamento de inconsistências -, é possível a disponibilização de uma base com alto padrão de consistência, garantindo a integridade, precisão e atualidade dos dados.

Integração de políticas públicas induzida

O uso do Cadastro Único por programas usuários para a seleção de beneficiários permite que uma série de políticas públicas sociais sejam ofertadas para o mesmo público-alvo, de modo a promover uma maior amplitude de direitos sociais à população de baixa renda cadastrada.

Políticas sociais no território utilizando o Cadastro Único como ferramenta de gestão

O Cadastro Único permite que seja realizado o diagnóstico da população de baixa renda no que diz respeito às principais vulnerabilidades sociais e permite que os gestores planejem a oferta de políticas sociais de maneira integrada, bem como acompanhem as famílias cadastradas ao longo do tempo.

Implementação de políticas públicas sociais possibilitada

A SAGICAD disponibiliza a base do Cadastro Único, após o recebimento da solicitação, análise do pedido para avaliar se atende à legislação, assinatura do termo de sigilo e responsabilidade e autorização do uso do Cadastro Único para a seleção de beneficiários de políticas públicas sociais destinadas à população de baixa renda, possibilitando a implementação da Política Pública social.

Transparência dos dados cadastrais e dos programas facilitada

O Cadastro Único facilita a publicação de dados referentes aos beneficiários de programas sociais cadastrados, quer seja de maneira agregada, quer seja por meio da disponibilização de dados identificados quando couber, facilitando o acompanhamento pela sociedade, o acesso por pesquisadores e por gestores que utilizam os dados do Cadastro Único para o diagnóstico da população de baixa renda do país, desenho de políticas públicas sociais, acompanhamento da implementação, avaliação e controle social.

Uso do cadastro pela vigilância socioassistencial fortalecido

A vigilância socioassistencial tem como atribuição detectar e compreender as situações de precarização e de agravamento das vulnerabilidades que afetam os territórios e os cidadãos, prejudicando e pondo em risco sua sobrevivência, dignidade, autonomia e socialização. Desta forma, o Cadastro Único é uma importante ferramenta para apoiar a vigilância na execução de suas atribuições, por conter dados tempestivos relacionados às famílias de baixa renda, incluindo dados sociais, econômicos, de condição de moradia, dentre outros.

Visibilidade para recortes de gênero, raça, etnia, grupos populacionais tradicionais e específicos e outros segmentos sociais promovida

O Cadastro Único apresenta dados relacionados ao gênero das pessoas que compõem as famílias cadastradas, a raça e etnia, além da informação sobre o pertencimento a algum dos grupos populacionais tradicionais e específicos, que são grupos familiares que possuem formas próprias de organização social, com aspectos culturais, sociais, religiosos ou de ocupação territorial com características diferenciadas – como famílias ciganas, indígenas, quilombolas, ribeirinhas – ou que estão em uma condição específica como os catadores de material reciclável e as pessoas em situação de rua.

Além disso, traz informação sobre algumas condições sociais específicas, que podem demandar um atendimento diferenciado por parte do poder público, como pessoas com deficiência, faixas etárias específicas, como primeira infância, idosos, dentre outras.

Esses dados permitem dar visibilidade das necessidades de grupos específicos da sociedade, de modo a ampliar a oferta de políticas públicas sociais destinadas a essas parcelas da população.

RESULTADOS FINAIS

Acesso a políticas públicas sociais para população de baixa renda ampliado

O fato das famílias de baixa renda estarem cadastradas, permite a sua seleção como beneficiárias de políticas sociais destinadas a esse perfil. Desta forma, quando uma família de baixa renda beneficiária de alguma política pública social é selecionada a partir dos dados do Cadastro Único, esse acesso à política é considerado um resultado do Cadastro Único.

Demandas de políticas/programas por parte das famílias de baixa renda identificadas territorial e tempestivamente

O Cadastro Único apresenta uma série de informações sobre as famílias de baixa renda no território nacional, permitindo que o poder público conheça melhor a realidade dessa população ao registrar informações como: endereço, características do domicílio, quem faz parte da família, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, deficiência, entre outras.

Além disso, a legislação vigente prevê regras para garantir a atualização das informações constantes no Cadastro Único, bem como busca a qualificação das informações disponíveis, por meio de diferentes estratégias, incluindo a sua interoperabilidade com bases de dados primários de outros órgãos relacionadas a variáveis constantes no Cadastro Único.

Desta forma, o Cadastro Único tem como um de seus resultados permitir a identificação territorial e tempestiva das demandas por políticas/programas sociais para a população de baixa renda, tais como necessidade de complementação de renda, oferta de emprego, acesso à política de habitação, de educação, saúde, dentre outras.

Famílias de baixa renda identificadas

Para que o poder público consiga ofertar políticas públicas sociais para a população de baixa renda, é preciso que as famílias com este perfil sejam identificadas, sendo o Cadastro Único a estratégia definida pelo governo brasileiro para tanto.

A rede do Cadastro Único implantada atua ativamente para identificar as famílias do seu território com perfil para serem incluídas no Cadastro Único.

Desta forma, as famílias estarem cadastradas, ou seja, identificadas pelo poder público, é um resultado do Cadastro Único.

Visão longitudinal das políticas públicas na trajetória das famílias vulneráveis no Brasil disponível

Por meio da identificação das pessoas que compõem as famílias incluídas no Cadastro Único, é possível acompanhar, ao longo do tempo, a trajetória dessas pessoas. A composição familiar inicial, a sua migração para outra família, os programas sociais a que teve acesso a partir da seleção por meio do Cadastro Único, a situação da renda ao longo do tempo, dentre outras informações contidas no Cadastro Único, permite uma visão longitudinal dessas famílias ao longo do tempo.

IMPACTO

Impulsionar a inclusão social das famílias de baixa renda no Brasil por meio da provisão de informações socioeconômicas e territoriais

O Cadastro Único se consolidou como a estratégia do governo brasileiro para retratar de maneira consistente e fidedigna a diversidade da população de baixa renda residente no território nacional, sendo a principal ferramenta de gestão para a oferta de políticas, programas, ações, destinadas à população de baixa renda, na medida em que seus dados são utilizados como:

- fonte de identificação e seleção de beneficiários para programas sociais;
- subsídio de dados para a formulação de políticas e serviços, com a identificação e o dimensionamento do público potencial; e
- instrumento auxiliar de avaliação da cobertura de políticas e serviços entre as populações de baixa renda, por meio da análise de resultados de processos de cruzamento de dados realizados a posteriori.

Assim, o Cadastro Único permite a articulação da rede de proteção social, fundamental à integração das iniciativas de diversas áreas e níveis da federação para a promoção da inclusão social da população brasileira de baixa renda.

Cadastro
Conhecer
para incluir **Único**

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME

